

**O MODELO DE POLÍTICA
PARA SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO
DO BRASIL**

THE POLICY MODEL FOR THE
INFORMATION SOCIETY OF BRAZIL

EL MODELO DE POLÍTICA PARA LA
SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN
DE BRASIL

Benedito Medeiros Neto^{1, 2}

RESUMO

Os países em desenvolvimento se empenham em participar da Sociedade da Informação, por reconhecerem sua importância para o desenvolvimento econômico, social e político de uma nação. Este artigo analisou o Modelo Político do Programa Sociedade da Informação no Brasil - SocInfo, cujo percurso aconteceu nitidamente no início deste século. A implantação do Programa contou com avanços e retrocessos, como por exemplo, a baixa articulação política. Uma das justificativas é a efervescência provocada pela forte presença das TIC, ensejando o descobrimento dos novos modos de vida. Ficou demonstrado que o uso apropriado de informações é a peça chave para que um cidadão seja um agente ativo dentro da Sociedade da Informação.

¹ Doutor em Ciências da Informação, mestre em Estatística e graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutor pela Universidade de São Paulo e pela Brunel University London (Inglaterra). Professor da Universidade de Brasília e Pesquisador Associado da Escola do Futuro-USP. Email: medeirosneto@unb.br.

² Endereço de contato dos autores (por correio): NAP Escola do Futuro/USP, NAP Escola do Futuro - USP - SP - Brasil. Prefeitura do Campus da USP - Av. Prof. Almeida Prado, No. 1280, Cidade Universitária, Cep: 05508-020, São Paulo, SP, Brasil.

Confirma-se que a Internet no Século XXI passou a ser principal traço da sociedade contemporânea, e a Web termina por marcar a conquista dos direitos, quando o cidadão lhe é permitido acessar os serviços oferecidos pelo mercado, ou pelo governo, como por exemplo, educação, comunicação, saúde e segurança. Pode-se afirmar que são os empregos daqueles que estão mais ou menos à margem da sociedade pós-moderna a questão de fundo, pois os que ficarem de fora, de certa maneira, estarão dispostos alterar o curso do uso das TIC, e modular a inovação. Daqui para frente, possuir riquezas e serviços não será mais importante do que o sentimento de direitos mais coletivo, como a sustentabilidade do meio ambiente, que ganha corpo com o suporte das redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Impactos das TIC. Política pública. Tecnologia e trabalho. Desigualdade de acesso. Comunicação ubíqua.

ABSTRACT

Developing countries have committed to participate in the Information Society, recognizing its importance for the economical, social and political development of a nation. This article analyzed the Political Model of Brazilian Information Society Program - SocInfo, that had sharply initiated in the beginning of this century. The implementation of the Program had advances and setbacks, such as the low political articulation, being justified due to the effervescence provoked for the strong presence of ICT, leading the discovery of new ways of life. It is demonstrated that the appropriate information use is a key piece for citizens to be an active agent inside the Information Society. It is confirmed that internet in 21st Century turned to be the most important feature in the contemporary society, and the Web ends up making the rights achievement, when to citizen is permitted to access the offered services by the marked, government, such as education, health, communication, and safety. We can affirm that the matter of substance is the employment of the ones who are more or less on the margins of a Postmodern Society, once they stayed out of this process, in certain way, they are willing to change the course of ICT, and to

modulate the innovation. From now on, having wealth and services will not be more important than the feelings of a more collective rights, such as sustainability of environment, that receives power with the support of social networks.

KEY-WORDS: Impacts of ICT. Public policy. Technology and work. Inequality of access. Ubiquitous communication.

RESUMEN

Los países en desarrollo se empeñan en participar en la Sociedad de la Información, reconociendo su importancia para el desarrollo económico, social y político de una nación. En este artículo se analiza el modelo político del Programa Sociedad de la Información en Brasil - SocInfo cuyo el recorrido comenzó al principio de este siglo. La implementación del programa tuvo avances y retrocesos, como la baja articulación política. Una de las razones es la efervescencia causada por la fuerte presencia de las TIC, que permitió el descubrimiento de nuevas formas de vida. Se demostró que el uso adecuado de la información es la parte clave para que un ciudadano pueda ser un agente activo dentro de la Sociedad de la Información. Se confirma que la Internet en el siglo XXI se ha convertido en la principal característica de la sociedad contemporánea, y la web termina por indicar la realización de los derechos cuando se permite que el ciudadano para acceder a los servicios ofrecidos por el mercado o por el gobierno, tales como la educación, la comunicación, la salud y la seguridad. Se puede decir que son los puestos de trabajo de los que están más o menos en las márgenes de la sociedad postmoderna la cuestión de fondo, para los que se quedan fuera, en cierto modo, estarán dispuestos a cambiar el curso de la utilización de las TIC, y modular la innovación. De este punto adelante, poseer la riqueza y servicios no serán más importantes que el sentimiento de los derechos más colectivos, como la sostenibilidad del medio ambiente, que se materializa con el apoyo de las redes sociales.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 3, Maio. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n3p207>

PALABRAS CLAVE: Impactos de las TIC. política pública. Tecnología y mano de obra. El acceso desigual. La comunicación ubicua.

Recebido em: 08.02.2017. Aceito em: 20.04.2017. Publicado em: 01.05.2017.

1 Introdução

Por volta de 1956, ano por vezes considerado como o início da época pós-industrial, Daniel Bell, um sociólogo de Harvard, defensor da teoria pós-industrial, previu, no seu livro *The Coming of Post-Industrial Society* (1973), dentre outras coisas, a superação do número de empregados na indústria pelo de seus pares no setor terciário. Ele fundamentava sua visão no seu próprio conceito de sociedade pós-industrial.

A ideia básica da sociedade pós-industrial ou pós-moderna, em referências posteriores, estava baseada não apenas na força da mão-de-obra, mas pelo entendimento de que o rápido crescimento de oportunidades para profissionais liberais e de nível técnico resultaria em novos arranjos econômicos e organizacionais (KUMAR, 2006).

A teoria do pós-industrialismo ganhou força, notadamente, com a circulação e popularização da obra de Peter Drucker, *The Age of Discontinuity* (1969), e da publicação de *O Choque do Futuro* (1972), de Alvin Toffler. Primeiramente a academia e, depois os leitores foram convidados pela obra a preparar-se para uma transição, muito diferente da que foi a passagem da sociedade agrária para a industrial (KUMAR, 2006).

O Modelo de Político para Sociedade da Informação do Brasil foi concebido e implementado com os avanços e atropelos quando o uso do computador de mesa era o principal artefatos e o centro de atenção. Este Modelo está adaptando-se pela presença das TIC, seja pelo aumento das conexões em banda larga, seja pela maior presença dos celulares na vida dos participantes.

Atualmente, o celular é um artefato em condição de ubiquidade – de estar em todos os lugares (territórios) ou quase -, e cada vez mais individual ou personalizado, tornando-se, ao mesmo tempo, cada vez mais semelhante a um

computador. Ao lado disto, assistiu-se a aproximação da universalização do celular entre os mediadores e professores, e depois dos participantes de oficinas aprendizagem, muito mais rápido do que do computador. Como sabe-se o número de usuários cresce de forma assustadora, tanto aqui, no Brasil, quanto em outros países em desenvolvimento (Castells, Fernandez-Ardèvol; Linchyan; Sey, 2007).

Com a forte presença das TIC, para Domenico de Masi (2013) tivemos, essencialmente, mais mudanças na estrutura social, transformações as quais se produzem na vida econômica e na estrutura profissional, enfim, as novas relações que se estabelecem entre teoria e prática experimental, entre ciência e tecnologia social. O autor declarou sobre esse processo, em 2013, que "Globalmente, mesmo com o progressivo aumento de países democráticos e a difusão de informação e educação, o mundo se sente preso entre desorientação e medo".

2 Impactos e mudanças advindas das TIC

Os fatores catalisadores que levam à fluidez, apontados pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2001), são: o crescimento da inovação tecnológica e sua universalização além do esperado no que se refere ao computador e ao celular em comparação ao ocorrido com a TV e o rádio. Pode-se assegurar que as perspectivas são cada vez mais reais e claras, sejam elas reforçadas pela alta permeabilidade das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na sociedade contemporânea, o que que permite um desenvolvimento para além da onipotência da cadeia de TV e da audiência radiofônica das décadas passadas.

Esse processo leva os pesquisadores a olharem um pouco mais à frente, visualizando os possíveis impactos que outras mudanças advindas das TIC podem provocar em áreas que até então foram preservadas dessas transformações precedentes. Na visão de Manuel Castells (2013), os movimentos sociais mais recentes, com o suporte da sociedade em rede, expõem as contradições fundamentais de nosso mundo e potencializam uma nova forma de conviver em comunidade e em sociedade.

Daqui para frente, o acesso diferenciado de possuir riquezas e bens não é mais importante do que os direitos que o cidadão tem de acessar os serviços oferecidos pelo mercado, ou pelo governo, como por exemplo, educação, comunicação, saúde e segurança. Até mesmo o sentimento de direito mais coletivo, como a sustentabilidade do meio ambiente, irá ganhar mais corpo com o suporte das TIC.

Um pouco diferente do que era antes, essas necessidades passam a ser fatores impactantes no cotidiano e, ao mesmo tempo, será possível observar que o cidadão com habilidade em tecnologia será mais participativo e cobrador de propostas de políticas públicas. Essas são razões para que questões como as barreiras e o processo de acesso e uso das TIC devam ser investigadas constantemente (MEDEIROS NETO, 2012, p. 30).

3 O surgimento da Sociedade da Informação

Os impactos das TIC se manifestam de forma diferenciada em vários países e em diferentes épocas. Há diversas formas de levar as TIC para a sociedade. De início concretiza-se a construção de estruturas tecnológicas; posteriormente a disponibilização de serviços de telecomunicações, incluindo a

Internet, com concomitante implementação de normas e políticas para reduzir as desigualdades no uso das TIC.

3.1 A expansão das TIC na Sociedade

Com a expansão da Internet, dos demais canais de telecomunicações e da convergência das bases tecnológicas, que acontece há mais de uma década, vivenciamos uma inovação dinâmica na indústria de altas tecnologias de informação. E essa inovação é provocada pela existência de uma economia digital e pelas relações de poder que se estabelecem entre as empresas e os países mais industrializados. Os aspectos culturais e políticos podem ser favorecidos ou prejudicados conforme o aporte da tecnologia é pensado e implementado.

Todos os países da América Latina e do Caribe perceberam a presença e experimentaram os impactos das TIC em quase todos setores de suas sociedades, tendo reagido das mais diversas formas. Nos últimos 15 (quinze) anos, na maioria das vezes, isso resultou, principalmente, na criação de políticas públicas e ações governamentais de tecnologia da informação. Esses países empenharam muito dos seus esforços para participarem da Sociedade da Informação dos países mais desenvolvidos, uma vez que reconhecem sua importância para o desenvolvimento econômico, social e político de uma nação.

3.2 América Latina na última década

Os modelos de comunicação já mostravam, há mais de meio século, que para haver uma simples transmissão de informação é necessário um emissor, um receptor e um canal. O fato é que estes modelos evoluíram para retratar

uma maior complexidade na comunicação ubíqua e alcançar um cenário de todos para todos.

As informações não devem ser irrelevantes nem superficiais, caso em que sobrevém a exclusão social, restando ao usuário o papel de consumidor de informações descartáveis. Os modelos contemporâneos de comunicação indicam que o emissor e o receptor devem alternar-se e ampliar-se de todos para todos. Isso é uma realidade onipresente no mundo e muito particularmente na América Latina, onde encontram-se países com conjunturas determinantes de exclusão social da Sociedade da Informação, parcial ou totalmente.

Assim, a discussão que deve anteceder à inclusão de qualquer cidadão na Sociedade da Informação e no uso das TIC é: "Como esse cidadão pode ser um sujeito crítico e como ele pode usar a informação a seu favor e do coletivo?" (FIGURA 1). Vemos que foi possível ocorrerem alavancagens favoráveis nos setores econômicos, culturais e sociais, o que representava, acima de tudo, a necessidade de produção de conteúdo pertinente aos interesses e benefícios dos usuários.

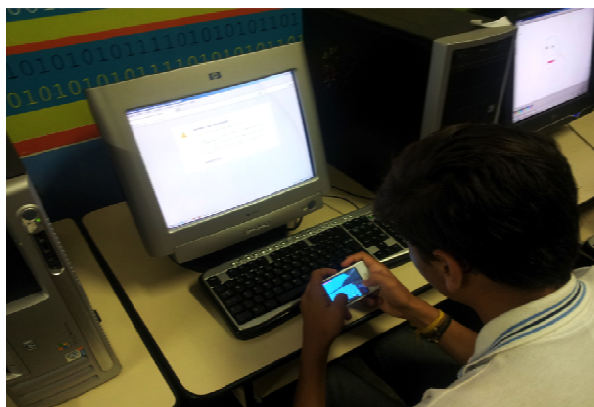


FIGURA 1 - Cidadãos críticos são os que usam informação para si e para o coletivo

FONTE: Acervo do Autor, 2014.

Na verdade, o uso da informação será vazio e ineficiente, tanto coletiva quanto individualmente, caso o emissor (o cidadão conectado) não tenha consciência do seu papel transformador, não utilize o canal mais adequado, não saiba usar as informações acessadas para mudar seu entorno, em apropriando-se desse conhecimento, no exercício de sua cidadania.

4 Um modelo de Política de Informação

Para abordar, de forma breve, a implantação da Sociedade da Informação na América Latina, foca-se no caso brasileiro, a partir da identificação dos principais impactos das TIC na sociedade pós-industrial, utilizando-o como objeto de estudo e não como um modelo.

No Brasil, inicialmente, optou-se pela formulação estruturada em uma ação composta de três etapas: (i) Elaboração do Livro Verde (Brasil, 2000) em discussão com a sociedade e a elaboração do Livro Branco Brasil, 2002); (ii) Execução das ações operacionais do triênio 2001-2003; (iii) Consolidação: a qual inclui a avaliação geral do Programa e a elaboração de um conjunto de propostas e ações para alguns órgãos do Governo Federal.

Assim, o Programa tinha como encargo formular a política pública para a área. Para tanto, elaborou o Livro Verde (Brasil, 2000) como primeira etapa da resposta. Esse livro, construído, principalmente, pela cooperação de um conjunto de órgãos, é um documento histórico relevante e que contém todas as diretrizes, metas e ações pertinentes ao Programa. Entretanto, a fase de discussão com a sociedade foi postergada para a elaboração do Livro Branco (Brasil, 2002).

Já a parte mais importante, *i.e.*, a distribuição da execução das ações operacionais, não recebeu a devida atenção. Notadamente, o desafio da condução deste Programa ficou a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil, 2000).

A falta de articulação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) na condução do Programa é, hoje, identificada como uma falha. Isso porque o Livro Branco, lançado com atraso, em 2002, não aplicava a maior parte do conteúdo do Livro Verde (Brasil, 2000), por desconsiderá-la. Com a aproximação da mudança de governo, ficou para o próximo presidente todo o acervo de ideais e boas intenções.

No entanto, o registro do surgimento da Sociedade da Informação foi bem documentado, o que não deixa de ser uma oportunidade para avaliarmos o Programa Brasileiro por intermédio da apreciação dos livros produzidos e as poucas ações que avançaram.

Voltemo-nos, então, ao Livro Branco (Brasil, 2002), estruturado em quatro seções centrais, com um horizonte temporal fixado no ano 2012. Para iniciar essa breve avaliação, à luz da análise dos riscos e oportunidades associados às transformações econômicas e tecnológicas, foquemos na sociedade contemporânea, na virada do início do século XXI.

A *Web 2.0* já trazia interatividade e colaboração com o surgimento dos primeiros aplicativos (APP³) para celulares. À época, contava-se com os sistemas de informação dos incipientes *e-gov* (governo eletrônico), com o surgimento das *Comunidades Virtuais de Aprendizagem* (CVA) e com a Internet como a principal plataforma de serviços, nos EUA e em alguns países da Europa.

³ APP – abreviação da palavra inglesa *application*, significando pequenos programas especializados para uso em celulares.

Destaca-se que, antes, o maior foco dos técnicos e gestores do Programa era no exame dos principais desafios, tanto para a consolidação de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Brasil como para criar as necessárias condições para o desenvolvimento sustentável.

Então, como parte do exame proposto, convém rever os objetivos específicos e tecer alguns comentários:

- i. Induzir a um ambiente favorável e a um aprendizado permanente:

Foram poucas as tentativas que sobreviveram. Apenas experiências em grandes corporações, centros de competência e grandes universidades remaneceram;

- ii. Difundir a cultura científica e tecnológica na sociedade:

Nesse particular, as novas mídias favoreceram essa difusão, embora tardiamente.

- iii. Ampliar as condições de acesso e uso das TIC para os distintos segmentos da sociedade:

A consciência dessas deficiências levou a uma maior atenção entre as ações do governo seguinte, traduzidas em projetos e programas de inclusão digital.

- iv. Estimular a utilização das TIC na universalização do acesso à educação científica e tecnológica:

Esse ponto foi insatisfatório, mas depois foi recuperado com ações tardias do Governo e do mercado.

- v. Incentivar o envolvimento dos meios de comunicação na cobertura dos assuntos de CT&I, em alguns países da América Latina e Caribe:

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n3p207>

Ainda não resultou em significativo desenvolvimento econômico e social. O Brasil passa pela ampliação das redes de telecomunicações, pela universalização do celular e do computador, e percebem-se avanços econômicos devidos às TIC. O mercado e parte do Governo apontam a privatização das operadoras telefônicas como solução para a demanda reprimida por telefones e serviços (Brasil, 2000 & Brasil, 2002, p. 36).

- vi. Contribuir para modernizar e aperfeiçoar o ensino de Ciências e Tecnologia:

Um resultado ainda bastante aquém do esperado, mesmo a despeito do volume de recursos direcionados para o ensino médio e universitário. Falta um pouco de gestão para capacitação dos professores e demais mediadores, em relação ao significativo quantitativo de equipamentos instalados nas escolas e nas universidades públicas. As instituições privadas já contemplavam melhor o uso desses recursos.

- vii. Promover e apoiar a implantação de museus e exposições de Ciência e Tecnologia:

Houve um avanço com a regulamentação dessa política pelo Ministério da Cultura (Brasil, 2000; Brasil, 2002, p. 36), perceptível apenas nas camadas superiores da sociedade e nos grandes centros.

Uma simples análise nos leva a perceber que os anseios expressos nos ideais da Sociedade da Informação e do Conhecimento, almejados para a educação e com inspiração na inovação, ficaram apenas nas folhas dos livros elaborados e nos textos dos documentos. Também, ao longo dos anos

seguintes, não houve comprometimento das metas e dos objetivos inicialmente desejados.

4.1 Avanços e retrocessos do acesso e uso da Informação no Brasil

Não existe uma motivação para se fazer um inventário dos retrocessos e avanços da entrada dos países da América Latina na Sociedade da Informação. Até mesmo os organismos internacionais como OEA e CEPLAC não evidenciaram essa preocupação. Suas ações atuais estão mais focadas na promoção de alguns meios que ofereçam caminhos para que os países associados superem suas barreiras de acesso às TIC.

São exemplos de Política Pública com grandes acertos os Programas de Inclusão Digital de Governo como o Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), do Ministério das Comunicações, (FIGURA 2), tendo como base uma inclusão digital mais sistemática e as possibilidades de ações na educação, saúde e no governo eletrônico, formas de aumentar a competência em informação dos seus cidadãos.



FIGURA 2 - GESAC, um avanço da política Pública de inclusão digital nos anos 1990
FONTE: Acervo do autor, 2014.

No entanto, vale a pena examinar mais a fundo o caso brasileiro nos seus erros e acertos. Na opinião de alguns críticos, os documentos elaborados para o Programa Brasileiro que norteariam a entrada do país na Sociedade da Informação apresentavam falta de solidez, pouca profundidade e careciam de subsídios científicos para discussões. Por exemplo, a concepção do Livro Verde (Brasil, 2000) trouxe muitas questões como sendo meramente tecnológicas, tendo ganhado só posteriormente, um caráter mais social e econômico. Um reflexo disso pode ser visto no vácuo de ações em vários campos de atividades dos agentes governamentais e do mercado durante o processo de implantação da Sociedade da Informação no Brasil.

A baixa articulação política foi identificada já na elaboração do Livro Branco Brasil, 2002). Além de ser lançado com atraso, grande parte do material do Livro Verde (Brasil, 2002) não foi aplicada. O Governo Federal, com o final de mandato presidencial em 2002, deixou para o próximo governo o imbróglio da chamada Sociedade da Informação. Isto implicou em mais tempo para que o assunto fosse votado na pauta do governo seguinte. Apenas algumas ações, como a Inclusão Digital e o Governo Eletrônico, foram retomadas mais cedo e com uma conotação mais social.

Na Sociedade da Informação o uso apropriado de informações é a peça chave para que um cidadão possa se tornar um agente ativo dentro da sociedade em rede. O fato é que as ações para o Inclusão Digital e o Governo Eletrônico que tiveram mais êxito com o Programa ocorreram um pouco mais tarde. A consolidação da proposição de que a informação é, ao mesmo tempo, “uma necessidade social e um elemento essencial no pleno exercício dos direitos humanos” é defendida por Costa Santos e Carvalho (2009, p. 52) e abordada neste capítulo.

4.2 Tecnologia e trabalho

As relações entre as TIC seus usuários e seus trabalhos e empregos estão condicionadas, entre outros, aos aspectos socioculturais, econômicos e políticos que afetam os indivíduos. No ciberespaço, entendido como uma migração do mundo real para um mundo de interações virtuais, essas relações passam a ser demandas profissionais e cotidianas para quem é incluído digitalmente.

O trabalho e a tecnologia mudam o que era até então conhecido: o trabalhador requer uma transformação nos seus tradicionais papéis, o que o faz hoje responsável pela sua ocupação, pela sustentabilidade e por uma possível inserção social e cultural. Isto significa considerar necessárias novas adequações nas políticas públicas de regulação do mercado de trabalho. Por exemplo, os programas sociais de inclusão digital podem ir além do simples acesso ao computador e à Internet, propiciando transformações e conquistas econômicas e políticas, além do espaço social para o indivíduo.

Ao mesmo tempo, o uso da tecnologia e o acesso à informação passam a ser relevantes quando um desempregado busca desesperadamente por uma oportunidade de trabalho ou por acesso a um serviço básico. Nesse caso, um computador ou um dispositivo móvel serão, a cada dia, ferramentas essenciais, além de, é evidente, trazer economia de tempo e de dinheiro.

A questão da empregabilidade e da inclusão social tem mudado nas duas últimas décadas. Antunes (2001, p. 13) já alertava que a categoria que denominamos trabalho possui centralidade “na formação societal contemporânea”, onde novas formas de produzir se apresentam capazes de transformar a organização do trabalho e, por conseguinte, a ocupação social do indivíduo.



FIGURA 3 - Computadores: ferramentas essenciais para todas as classes sociais
FONTE: Acervo do autor, 2014

A ocupação social, em sua historicidade e totalidade, é o que proporciona forças ao sujeito. Para que este, fortalecido no espaço social, e agora também no ciberespaço, consiga promover alguma transformação em sua vida e apresente resultados contrários ao que a exclusão social insiste em lhe impingir. As oficinas de inclusão digital e literacias são um exemplo de transformação nas comunidades, vide FIGURA 3.

No entanto, a promoção desses espaços, agora com mobilidade e ubiquidade, dentro do capitalismo informacional e, depois com acesso aos serviços, exige que, em primeiro lugar, que os indivíduos marginalizados ganhem forças para superar as barreiras do analfabetismo, e por decorrência, das literacias digitais (PASSARELLI, 2010) e, em seguida, determinação para participar de confrontos e conflitos, reivindicando seus direitos e conquistando mais cidadania. Afinal, o mesmo lugar que aliena pode ser o que promove a transformação.

5 Informação e desigualdade

Quando se discute sobre a desigualdade social, os pontos centrais mais debatidos são a falta de serviços básicos, a sustentabilidade econômica e a conquista da cidadania. Essas condições, muitas vezes, podem receber impactos favoráveis pela atuação do aporte tecnológico nas estruturas social e produtiva. A intensa presença dessas ações de aporte nos permite vislumbrar uma perspectiva de cidadania mais extensiva.

As oportunidades criadas pela inclusão digital podem transformar as condições socioeconômicas do indivíduo e contribuir, indiretamente, para o exercício da sua cidadania. Contribui tanto a partir de uma maior participação na vida política e nas decisões públicas quanto pela maior interatividade com a sua comunidade. Deve-se atentar, porém, para não se aderir ao discurso ufanista da inclusão digital (SORJ, 2007).

Os estudos e as pesquisas na América Latina sobre a desigualdade social e econômica, inclusive no Brasil, mostraram a distância entre os mais ricos e letrados e os mais pobres e vulneráveis (SORJ, 2003, 2007). Quase sempre se utiliza a renda individual ou familiar como indicador de desigualdade social. Este é um critério importante, apesar de que, provavelmente, refletiu melhor a desigualdade na Era Industrial. Isso porque, contemporaneamente, as pessoas não fazem da aquisição de bens materiais o único meio de enfrentar o futuro, como era anteriormente. Agora, elas requerem mais informações úteis para viver, conhecimentos sobre saúde e lazer, quase sempre por meio dos serviços que adquirem. Elas percebem mais nitidamente a barreira da literacia digital no momento em que seus desejos e necessidades ficam distantes ou restritos. Logo avistam, a sua frente, um abismo do qual desconhecem a largura e a profundidade. Muitas vezes, se julgam incapazes de ultrapassá-lo e enxergam

outras sucessivas barreiras antes não imaginadas (MEDEIROS NETO; MIRANDA, 2009).

6 Conclusão

A sociedade atual, caracteriza-se como uma passagem da Sociedade da Informação para uma Sociedade de Informação em Rede, isto está acontecendo em muitas lugares, em grande partes dos países da América Latina e Caribe (Castells et al, 2007). Para que isto aconteça, faz-se necessário um Modelo de Política para a Sociedade da Informação, podendo ser explícito não. Isto significa depois desenvolver projetos e ações de governo eletrônico, incentivar cidadania com suporte também em TIC. E para evitar-se a exclusão digital e social, promover capacitações nas escolas e nas comunidades, com base em oficinas abertas e aulas em cursos de alfabetização e inclusão digital dos aprendizes. Não menos importante, favorecer as comunidades de aprendizagem virtuais, na maior parte das atividades, do cultural ao econômico, do lazer à prática política.

Por outro lado, é inegável que existe uma questão da busca, caracterização e estabelecimento de um Modelo Político para Sociedade da Informação em um país. Algo que foi o principal foco deste trabalho, o Caso Brasileiro, cujo o percurso aconteceu nitidamente no início deste século, mas se estende até os dias atuais. Em todo mundo a efervescência provocada pelas TIC continua ser real, e caminhos do descobrimento, uso e apropriação das tecnologias da informação chegando a setores que pareciam imunes.

No entanto, Já se tornou lugar comum afirmar que a Web é o principal traço da sociedade da informação e do conhecimento, como ficou comprovado nestas duas décadas passadas, sendo nítida a sua frenética evolução (Santaella,

2013). A realidade muda quando dispositivos móveis, como o celular, chega à mão de pessoas com carência de recursos materiais e cognitivos. Estas pessoas eram privadas do acesso às TIC, seja pela falta de capacitação e mediação ou restrito acesso às informações de utilidade pública. A sociedade e seus segmentos, governo, mercado e terceiro setor são compulsoriamente obrigado a resenhar seu “modus operandi” em termo de Modelo de Política de Informação.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (4th ed.). São Paulo: Boitempo Editorial. 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2001.

BELL, D. **The Coming of Post-Industrial Society**. A Venture in Social Forecasting. Nova York: Basic Books. 1973.

BRASIL. **Sociedade da Informação no Brasil** – Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. 2000. Disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>.

BRASIL. **Livro Branco**: Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. 2002.

CASTELLS, M.; FERNANDEZ-ARDÈVOL, M.; QIU, J. L.; SEY, A. **Comunicación móvil y sociedad**. Una perspectiva global. Ariel-Fundación Telefónica. 2007. Disponível em <http://www.eumed.net/libros/2007c/indice.htm>. Acessado em: 29 de outubro de 2012.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: ZAHAR. 2013.

COSTA SANTOS, P.L.V.A. da; CARVALHO, A.M.G. de. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009.

KUMAR, K. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-moderna** – Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E. 2006.

MASI, D. **O Futuro Chegou** – Modelos de vida para uma sociedade desorientada. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2013.

MEDEIROS NETO, B; MIRANDA, A. Aferindo a inclusão informacional dos usuários de telecentros e laboratórios de escolas públicas em programas de inclusão digital brasileiro. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 109-122, set./dez. 2009.

MEDEIROS NETO, B. **Avaliação dos impactos dos processos de inclusão digital e informacional nos usuários de programas e projetos no Brasil.** Tese (Doutorado). Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, UnB. 2012.

PASSARELLI, B. Literacias emergentes nas redes sociais: estado da arte e pesquisa qualitativas no Observatório da Cultura Digital. Em PASSARELLI, P.; AZEVEDO, J. (Orgs.). **Atores em rede** – olhares luso-brasileiros. São Paulo: Editora Senac. 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua** – Repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus. 2013.

SORJ, B. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação / Bernardo Sorj.** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED.; Brasília, DF: Unesco. 2003. Disponível em:



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 3, Maio. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v3n3p207>

http://www.bernardosorj.com/pdf/Brasil_@_povo_com.pdf. Acessado em: 02/12/2016.

SORJ, B. **Latin America's Elusive Democracies**. [s.n], The Edelstein Center for Social Research. (E-Books Series 2, May 2007). Acessado em: 02/12/2016. Disponível em: [http://static.scielo.org/scielobooks/kqbg9/pdf/sorj-978859966221 .pdf](http://static.scielo.org/scielobooks/kqbg9/pdf/sorj-978859966221.pdf).